



iFood Pago Instituição de Pagamento S.A.

(Anteriormente Denominada Zoop Tecnologia e Instituição de Pagamentos S.A.)

CNPJ/MF nº 19.468.242/0001-32

Relatório da Administração

Mensagem da Administração: O iFood Pago Instituição de Pagamento S.A. ("Companhia" ou "iP") apresenta seu relatório referente ao segundo semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025, períodos que consolidam nossa cultura inovadora, e nossa expressiva atuação no setor de pagamentos digitais brasileiro. Fundada em 2013 e licenciada pelo Banco Central do Brasil como Instituição de Pagamento em 2023, sob a marca Zoop tem se destacado por sua capacidade de oferecer soluções financeiras tecnológicas que atendem tanto pequenos empreendedores quanto grandes corporações. Nossa missão permanece focada em oferecer soluções financeiras para nossos parceiros impulsionarem seus negócios através de nossas soluções inovadoras. O ano de 2025 marca um momento de crescimento estruturado e expansão tecnológica significativa para nossa companhia.

Negócios e Resultados: Modelo de Negócios e Posicionamento: O iFood Pago atua como uma plataforma completa de pagamentos, oferecendo soluções integradas que abrangem desde o processamento de transações até os serviços bancários complementares. Nosso modelo de negócios se baseia em três pilares fundamentais: **Processamento de Pagamentos:** Captura, processamento e liquidação de transações por meio de cartão, Pix, boletos e outras modalidades. **Tecnologia Proprietária:** Desenvolvimento de soluções inovadoras como Tap-to-Pay e APIs bancárias (sigla em inglês para Application Programming Interface, que significa interface de programação de aplicações). **Serviços Complementares:** Antecipação de recebíveis e conta digital. **Liderança em Tecnologia Tap-to-Pay:** O iFood Pago introduziu a tecnologia Tap-to-Pay, que transforma celulares em terminais de pagamento. Esta solução é a única do mercado B2B no Brasil que permite uma única integração via SDK (sigla em inglês para Software Development Kit, que representa um conjunto de ferramentas a desenvolvedores criarem aplicativos para plataformas), personalização de marca e divisão de valores recebidos (split de pagamentos), consolidando nossa posição de pioneirismo no segmento. **Performance financeira do segundo semestre:** O segundo semestre de 2025 registrou R\$ 521 milhões de receita, totalizando 887 milhões de receita bruta no exercício de 2025, representando um crescimento robusto em relação ao mesmo período do ano anterior (+146% AoA). No segundo semestre de 2025, processamos R\$ 19 bilhões em volume transacional pelo processamento de 86 milhões de transações, totalizando R\$ 35 bilhões em volume transacional pelo processamento de 170 milhões de transações no ano de 2025. A distribuição por modalidade de pagamento apresentou a seguinte composição no segundo semestre de 2025: **Cartões:** 35% • **Pix:** 9% • **Boleto:** 9% • **Tap-to-Pay:** 46% • **Outros:** 1% Este desempenho reflete a diversificação bem-sucedida de nossa base de produtos e a crescente adoção de nossas soluções inovadoras pelos

clientes. **Inovação e Desenvolvimento Tecnológico – Lançamentos do Exercício de 2025:** O ano de 2025 foi marcado pelo lançamento de soluções inovadoras que ampliam nosso portfólio tecnológico: **APIs Banking 3.0:** Funcionalidades avançadas para conta digital, incluindo investimentos automatizados e gestão preditiva de fluxo de caixa. **Tap-to-Pay Enterprise:** Versão especializada para grandes volumes, com integração avançada a sistemas ERP. **Tap-to-Pay iOS:** Lançamento do Tap-to-Pay para plataforma iOS. **iFood Pago Analytics:** Dashboard inteligente com insights personalizados baseados em dados transacionais. **Pix por Aproximação:** Pagamento instantâneo via Pix usando tecnologia NFC (sigla em inglês para Near Field Communication, que representa uma tecnologia de comunicação por campo de proximidade), permitindo transações por aproximação do smartphone no terminal. **Mensagem Final:** O ano de 2025 consolida o iFood Pago como protagonista na transformação digital do setor de pagamentos brasileiro. Continuamos comprometidos com a excelência operacional, inovação tecnológica e criação de valor sustentável para nossos clientes, parceiros e acionistas.

A Administração
iFood Pago Instituição de Pagamento S.A.
São Paulo, 25 de março de 2026

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais)

Ativo Circulante	Nota	31/12/2025	Passivo Circulante	Nota	31/12/2025
Disponibilidades	4	13.735	Passivos financeiros ao custo amortizado		3.717.968
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado		60.450	Depósitos e instrumentos financeiros	13	3.011.364
Títulos e valores mobiliários	5.1	60.450	Empréstimos	18	706.604
Ativos financeiros ao custo amortizado		3.931.363	Fornecedores e outras contas a pagar	14	63.893
Títulos e valores mobiliários	5.1	260.212	Obrigações com pessoal	15	17.924
Contas a receber de adquirentes	5.2	2.369.242	Adiantamentos	16	1.756
Relações Interfinanceiras	6	1.301.909	Obrigações fiscais	17	22.502
Outros créditos	7	21.575	Total do passivo circulante		3.824.043
Ativos fiscais	8	1.675	Não circulante		
Outros valores e bens	9	5.019	Provisões para contingências	19	4.810
Total do ativo circulante		4.033.817	Total do passivo não circulante		4.810
Ativos não circulante			Patrimônio líquido		
Ativos financeiros ao custo amortizado		15.404	Capital social	20.1	179.077
Contas a receber de adquirentes	5.2	15.404	Capital a integralizar	20.1	54.000
Ativos fiscais	8	12.547	Reservas de capital	20.2	159.819
Devedores por depósitos em garantia	10	5.145	Prejuízos acumulados		(113.696)
Imobilizado	11	721	Total do patrimônio líquido		279.200
Intangível	12	40.419	Total do passivo e do patrimônio líquido		4.108.053
Total do ativo não circulante		74.236			
Total do ativo		4.108.053			

Demonstração do Resultado para o Semestre e Exercício findos em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Nota	2º semestre 2025	Exercício 31/12/2025
Receita de prestação de serviços	21	521.049	887.375
Custo com prestação de serviços	22	(416.180)	(683.491)
Resultado bruto		104.869	203.884
Receitas financeiras	23	67.234	87.062
Despesas financeiras	23	(21.428)	(34.606)
Resultado bruto da intermediação financeira		45.806	52.456
Despesas operacionais e administrativas			
Despesa com pessoal	24	(27.505)	(56.887)
Despesas administrativas	25	(27.591)	(53.596)
Outras despesas operacionais	26	(15.570)	(25.497)
Total das despesas operacionais e administrativas		(70.666)	(135.980)
Lucro antes de imposto de renda e contribuição social		80.009	120.360
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes	27	(25.225)	(34.001)
Lucro do semestre/exercício		54.784	86.359
Quantidade de ações em milhares	20.1	199.297	199.297
Lucro por ação (R\$)		0,27	0,43

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para o Semestre e Exercício findos em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais)

	Nota	Capital integralizado	Capital social	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 30 de junho de 2025		90.000	89.077	160.304	(168.480)	170.901
Reversão de reserva para pagamento baseado em ações	20.2	-	-	(485)	-	(485)
Aumento de capital	20.1	54.000	-	-	-	54.000
Capital integralizado		(90.000)	90.000	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025		54.000	179.077	159.819	(113.696)	279.200
Saldo em 31 de dezembro de 2024		90.000	89.077	158.497	(200.055)	137.519
Adoção inicial das Resoluções BCB nº 352/2023 e 178/2022		-	-	-	-	-
Saldo em 01 de janeiro de 2025		90.000	89.077	158.497	(200.055)	137.519
Constituição de Reserva para pagamento baseado em ações	20.2	-	-	1.322	-	1.322
Aumento de capital	20.1	54.000	-	-	-	54.000
Capital integralizado		(90.000)	90.000	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	86.359	86.359
Saldo em 31 de dezembro de 2025		54.000	179.077	159.819	(113.696)	279.200

Demonstração do Resultado Abrangente para o Semestre e Exercício findos em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais)

	Nota	2º semestre 2025	Exercício 31/12/2025
Lucro líquido do semestre/exercício		54.784	86.359
Outros componentes do resultado abrangente		-	-
Outros componentes do resultado abrangente do semestre/exercício, líquidos de impostos		-	-
Resultado abrangente do semestre/exercício		54.784	86.359

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras para o Semestre e Exercício findos em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional – O iFood Pago Instituição de Pagamento S.A. ("Companhia" ou "iP") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Osasco, estado de São Paulo, na Avenida dos Autonomistas, 1.496, 3º andar, e foi constituída em 21 de agosto de 2013. Informamos que, em conformidade com a aprovação do Banco Central do Brasil, publicada no Diário Oficial da União em 23 de dezembro de 2025, nossa razão social foi alterada de "Zoop Tecnologia Instituição de Pagamento S.A." para "iFood Pago Instituição de Pagamento S.A.". A movimentação se trata exclusivamente de uma alteração de denominação social, sem qualquer mudança na estrutura societária, autorizações regulatórias ou responsabilidades contratuais. Demais informações cadastrais, como o CNPJ e o nome fantasia "Zoop" seguem inalterados. A Companhia tem como objetivo principal a prestação de serviços relacionados a soluções financeiras, oferecendo aos seus clientes uma plataforma no modelo white label. Esta solução permite personalizar e customizar serviços de cartões, envios e recebimentos de PIX, emissão de boletos e outros métodos de captura e liquidação de pagamentos, proporcionando total autonomia para configurar planos e taxas a serem cobrados. No dia 31 de outubro de 2023, a Companhia recebeu a autorização pelo Banco Central do Brasil ("BACEN") para operar como instituição de pagamento na modalidade de emissor de moeda eletrônica, que foi publicada no Diário Oficial da União na mesma data. Em 26 de dezembro de 2025, o iFood Pago realizou uma operação estratégica de aquisição de cotas subordinadas do FIDC (iFood Pago IV) no montante de R\$ 60.500, fortalecendo a estrutura de capital, um movimento que visa sustentar o crescimento escalável das operações, expandir a capacidade de funding para serviços financeiros e gestão de risco do ecossistema iFood Pago.

as principais práticas de mercado, apurando a possível perda em decorrência do prazo em aberto da operação em questão. Adicionalmente, a Companhia pode reavaliar casos de clientes específicos e aumentar ou reduzir sua provisão base, conforme indicativos de recebimento dos saldos em aberto. **2.5. Passivos contingentes:** A Companhia utiliza uma assessoria jurídica que fica responsável pelo acompanhamento dos seus processos cíveis e trabalhistas, realizando periodicamente a análise e classificação da probabilidade de perda de acordo com o pedido feito pelo reclamante em cada processo, tendo como base o histórico de decisões tomadas pelo poder judiciário, as constituições das provisões são feitas de acordo com a política interna e o seu reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos passivos contingentes são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

3. Resumo das principais políticas contábeis materiais – Os principais critérios adotados para a elaboração das demonstrações financeiras são os seguintes: **3.1. Disponibilidade e caixa e equivalentes de caixa:** Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, incluem caixa e equivalentes de caixa, que são representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações em depósitos interfinanceiros, cuja liquidez das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresente risco insignificante de mudança de valor justo. **3.2. Títulos e valores mobiliários:** Os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados de acordo com os critérios estabelecidos pela Resolução BCB 352/2023 e levam em consideração o modelo de negócio para gestão dos ativos financeiros e nas características contratuais dos fluxos de caixa desses ativos financeiros. Os ativos financeiros com fluxos de caixa contratual formados exclusivamente por principal mais juros, tem a sua classificação vinculada aos objetivos dos modelos de negócios para a gestão desses ativos, conforme quadro a seguir:

Modelo de Negócios	Classificação	Reflexo
Recebimento de fluxos de caixa contratuais; e Fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal.	Ativo financeiro mensurado ao custo amortizado	Juros conforme a curva do ativo, resultado do período.
Recebimento de fluxos de caixa contratuais ou negociação; e Fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal.	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes.	Juros conforme a curva do ativo; resultado do período. Diferença entre o valor justo e o preço do ativo na curva: patrimônio líquido.
Recebimento de fluxos de caixa exclusivamente por negociação; e Fluxos de caixa que não se constituam exclusivamente em pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal.	Valor justo por meio do resultado.	Variações no valor justo diretamente do resultado do período.

(a) Mensuração do valor justo: Uma das principais áreas que envolve o uso de estimativas significativas nas demonstrações financeiras é a mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros. A Companhia formou uma equipe que possui a responsabilidade de elaboração e revisão de todas as mensurações de valor justo. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo financeiro, a Companhia utiliza, tanto quanto possível, dados observáveis de mercado. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia com base nas informações utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: **Nível I:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos idênticos; **Nível II:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no nível I que são observáveis para um ativo, seja diretamente (preços) ou indiretamente (derivados do preço); e **Nível III:** inputs para um ativo que não são baseados em informações observáveis de mercado (inputs não observáveis). **(b) Baixa de ativos financeiros:** Em conformidade com a Resolução BCB nº 352/23, a baixa de ativos financeiros é efetuada quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa decorrentes do ativo expiram ou quando estes são transferidos, e a entidade transfere substancialmente todos os riscos e recompensas associados à propriedade do ativo. A entidade efetua a baixa de um ativo financeiro quando todos os direitos de recebimento de fluxos de caixa do ativo são extintos, quando há transferência substancial de todos os riscos e recompensas para outra parte, e quando a continuidade do controle sobre o ativo não é mantida significativamente pela entidade. **3.3. Contas a receber adquirentes/Depósitos e instrumentos financeiros:** O saldo de contas a receber adquirentes está diretamente relacionado a uma parcela substancial do saldo de depósitos e instrumentos financeiros, uma vez que cada transação representa um fato gerador que, simultaneamente, estabelece um direito creditório devido ao iFood Pago pela credenciadora e uma obrigação devida ao estabelecimento comercial ("EC") pelo iFood Pago. **Tipos de transações:** **• Débito no cartão:** São recebidas e repassadas aos estabelecimentos comerciais em 1 (um) dia útil da efetivação da transação. **• Crédito no cartão:** **• Crédito rotativo (1ª parcela):** São recebidas em até 31 (trinta e um) dias corridos da efetivação da transação e repassadas ao EC no respectivo prazo comercial negociado, sendo passível de antecipação mediante o deságio por taxa adicional negociada entre as partes; e **• Crédito rotativo (a partir da 2ª parcela):** São recebidas com intervalo de 31 (trinta e um) dias corridos a partir do vencimento da 1ª parcela e repassadas ao EC no respectivo prazo comercial negociado, sendo passível de antecipação mediante o deságio por taxa adicional negociada entre as partes. **• Boleto:** São recebidos em 1 (um) dia útil após o pagamento pelo sacado ou pagador e repassados ao EC no prazo comercial negociado; e **• PIX checkout:** São recebidos no mesmo dia útil da efetivação da transação e repassados ao EC no prazo comercial negociado. Neste sentido, o saldo de contas a receber é predominantemente composto por valores a receber de transações financeiras processadas por credenciadores e que ainda estão abertas ou vencidas, sejam estas transações capturadas por meio de débito no cartão, crédito rotativo no cartão ou crédito parcelado pelo emissor do cartão. Conseqüentemente, o saldo de depósitos e instrumentos financeiros é predominantemente composto por valores a pagar oriundos de

transações financeiras processadas pelo iFood Pago e que ainda estão abertas ou vencidas, ou seja, que ainda não tenham sido antecipadas, sejam estas transações autorizadas para os estabelecimentos comerciais por meio de débito no cartão, crédito rotativo no cartão ou crédito parcelado no cartão, boleto e PIX checkout. **3.4. Despesas antecipadas:** Estão reconhecidas pelos valores efetivamente desembolsados e ainda não incorridos, a serem reconhecidos na competência apropriada. **3.5. Ativo imobilizado:** Corresponde aos direitos que tenham como objeto bens destinados à manutenção das atividades da Companhia ou exercido com essa finalidade. Os bens de ativo imobilizado estão registrados ao custo de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais, de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, sendo: **Máquinas, aparelhos e equipamentos** – 10% ao ano; **Equipamentos de informática** – 20% ao ano; **Benefeitorias em propriedades de terceiros** – 20% ao ano; **Móveis e utensílios** – 10% ao ano. Anualmente, e quando houver evidência, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda e o valor em uso. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável e a perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Não foram registradas perdas por valor recuperável durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025. **3.6. Intangível:** A Companhia adotava a prática de capitalização dos gastos diretamente relacionados ao desenvolvimento interno de softwares para uso em suas operações, desde que fossem atendidos os aspectos requeridos para tal reconhecimento. Os principais gastos são relacionados com mão de obra interna para o desenvolvimento dos sistemas operacionais utilizados pela Companhia. Desde julho de 2024, em convergência às práticas do Grupo iFood, o iFood Pago deixou de fazer a capitalização dos gastos, tratando diretamente como despesas. Os custos ativados até a data da mudança da prática, são amortizados durante sua vida útil estimada (60 meses), considerando os benefícios econômicos futuros gerados. Os gastos com pesquisas são registrados como despesas, quando incorridos. Anualmente, e quando houver evidência, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Foram reconhecidas perdas por valor recuperável durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, decorrente da descontinuidade do projeto. **3.7. Imposto de renda e contribuição social – corrente e diferido:** **Impostos correntes:** A provisão para o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") e para a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL") compreende os tributos correntes, calculados com base no lucro tributável do período e reconhecidos conforme o regime de competência. A apuração é efetuada de acordo com as alíquotas e os critérios estabelecidos pela legislação tributária vigente ou substancialmente vigente na data do balanço. O Imposto de Renda é calculado à alíquota básica de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável que exceder R\$240.000,00 no período de apuração. A Contribuição Social é calculada à alíquota de 9% até 31 de março de 2026 e, a partir dessa data, a alíquota passa a ser de 12%, conforme a Lei Complementar nº 224/25. **Impostos diferidos:** Os impostos diferidos,
continua ...

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 03/04/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



... continuação

iFood Pago Instituição de Pagamento S.A. (Anteriormente Denominada Zoop Tecnologia e Instituição de Pagamentos S.A.)

representados pelos ativos e passivos fiscais diferidos, decorrem de diferenças entre as bases de cálculo contábil e tributária, no final de cada período. Os ativos fiscais diferidos podem surgir de: diferenças temporárias, que poderão ser dedutíveis em períodos futuros; e prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido, que poderão ser compensados no futuro. De acordo com a Circular BCB nº 15/2020, os saldos de ativos fiscais diferidos oriundos de diferenças temporárias e de prejuízo fiscal devem ser reconhecidos quando (i) houver expectativa de geração de lucros tributáveis futuros para fins de imposto de renda e de contribuição social sobre o lucro líquido, conforme o caso, em períodos subsequentes, baseado em estudo técnico que demonstre a probabilidade de ocorrência de obrigações futuras com impostos e contribuições que permitam a realização do ativo fiscal diferido no prazo máximo de dez anos; e (ii) a instituição apresentar histórico de lucros ou de receitas tributáveis para fins de imposto de renda e de contribuição social, conforme o caso, comprovado pela ocorrência dessas situações em, pelo menos, três dos últimos cinco exercícios sociais, incluído o exercício em referência. As principais premissas consideradas nas projeções de lucros tributáveis futuros são: variáveis macroeconômicas, taxas de câmbio, taxas de juros, volume de operações financeiras, tarifas de serviços, informações internas dos negócios, entre outras, que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais. **Ativos e passivos contingentes:** São direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros incertos. São quantificados pela melhor estimativa, utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores. Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração e são classificadas como:

- **Prováveis** – Para as quais são constituídos passivos reconhecidos no Balanço Patrimonial;
- **Possíveis** – Para as quais são divulgadas nas demonstrações financeiras, não sendo nenhuma provisão registrada;
- **Remotas** – Para as quais não requerem provisão e nem divulgação. Os ativos contingentes não são reconhecidos no Balanço Patrimonial, exceto quando a Administração entender que sua realização for praticamente certa, e geralmente corresponde a ações com decisões favoráveis em julgamento final e inapelável, e pela retirada de ações como resultado da liquidação de pagamentos que tenham sido recebidos ou como resultado de acordo de compensação com um passivo existente.

3.8. Outros ativos e passivos: Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros sejam gerados em favor da Companhia e seu valor de custo ou valor recuperável puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia tem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco e do valor envolvido. **3.9. Empréstimos:** Os empréstimos obtidos são inicialmente reconhecidos pelo custo amortizado menos quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são atualizados monetariamente de acordo com o índice indicado em contrato, os juros apurados no exercício são demonstrados na rubrica de despesas financeiras. **3.10. Receita de prestação de serviços:** Na demonstração do resultado estão apresentadas na linha de Receitas Operacionais Líquidas, mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, apurada em conformidade com o regime de competência e apresentada líquida dos impostos incidentes sobre os serviços, cancelamentos, descontos comerciais e outras deduções similares. **3.11. Resultado não recorrente:** A Resolução BCB nº 2/20, em seu artigo 34º, passou a determinar a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não recorrente do exercício aquele que: I – não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II – não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não foram identificados resultados não recorrentes a serem divulgados nas demonstrações financeiras.

4. Disponibilidade – O caixa e equivalente de caixa da Companhia é composto por depósitos bancários.

Conta corrente em bancos nacionais (a)	13.712
Conta corrente em bancos internacionais (b)	23
Total	13.735

(a) Referem-se aos saldos mantidos em contas correntes em reais junto a instituições financeiras de primeira linha, sem restrições de movimentação. (b) Referem-se aos saldos mantidos em contas correntes em dólares americanos junto a instituições financeiras de primeira linha no exterior, sem restrições de movimentação.

5. Instrumentos financeiros – 5.1. Títulos e valores mobiliários: Composição do saldo patrimonial e classificação da carteira por categoria e prazos dos títulos e valores mobiliários classificados é demonstrado conforme abaixo:

Faixa de vencimento	Total
0 – 180 Acima de 180 dias	31/12/2025

Custo amortizado			
Certificado de depósito bancário – CDB	-	260.551	260.551
Perdas esperadas	-	-	(339)
Valor justo no resultado (VJR) (a)	-	-	60.450
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	-	-	60.450
Total	-	-	320.662

(a) Cotas de fundo de investimento sem vencimento
O valor de mercado dos instrumentos financeiros é apurado de acordo com a cotação de preço e mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. **5.2. Contas a receber adquirentes:** As contas a receber de adquirentes refere-se a valores a receber decorrente das transações realizadas com cartões de crédito e débito feitas pelos portadores dos cartões. O saldo de contas a receber de adquirentes se subdivide nas seguintes modalidades de transação:

Transações – cartão de crédito (a)	31/12/2025
Transações – cartão de débito	2.375.393
Total	2.384.646

(a) Em 31 de dezembro de 2025, o montante de R\$ 2.384.646 refere-se ao valor a receber das adquirentes líquido das cessões. Em 31 de dezembro a Companhia possuía créditos cedidos a certas instituições financeiras que mantavam R\$ 282.425. A Companhia, por meio das operações de cessão de recebíveis em cartões, transfere para instituições financeiras todos os riscos de recebimento dos clientes e, deste modo, líquida as contas a receber relativas a esses créditos.

6. Relações interfinanceiras – Referem-se, predominantemente aos recursos que atendem a salvaguarda (NE 13) exigida pelo artigo 22º da Resolução BCB nº 80/21. Os recursos estão aloçados na conta correspondente a moeda eletrônica (CCME) e conta de pagamento instantâneo (PI) sendo remuneradas ao equivalente a 100% do CDI.

Conta Correspondente a Moeda Eletrônica	31/12/2025
Conta de pagamento instantâneo	1.122.519
Total	1.122.519

7. Outros créditos
Rendas a receber de transações de pagamentos (a)
Outras contas a receber operacionais
Provisão para perdas (b)

Total	31/12/2025
	35.849
	10.705
	(24.979)
Total	21.575

(a) Valor a receber referente a prestação de serviço pós-pago com clientes. (b) A provisão para perdas é constituída por montante considerado suficiente pela Companhia para cobrir prováveis perdas com fraudes transacionais e chargeback.

8. Ativos fiscais corrente
IRRF sobre aplicação financeira
IRPJ a recuperar
CSLL a recuperar
ISS a recuperar

Total	31/12/2025
	12.547
	1.000
	483
	192
Total	14.222

9. Outros valores e bens
Adiantamentos (a)
Despesas a apropriar (b)

Total	31/12/2025
	2.910
	2.109
Total	5.019

(a) Adiantamento de 13º salários, benefícios e férias. (b) Substancialmente licenças de software apropriadas de acordo com a sua competência.

10. Devedores por depósitos em garantia
Depósitos em garantia e bloqueios judiciais (nota 19)
Caução de aluguel

Total	31/12/2025
	4.878
	267
Total	5.145

11. Imobilizado
Imobilizado de Uso
Equipamentos de informática
Móveis e utensílios
Máquinas e equipamentos
Benefetoria em imóveis de terceiros

Total	31/12/2025
	3.315
	(2.594)
Total	721

Despesa de Depreciação
Equipamentos de informática
Móveis e utensílios
Máquinas e equipamentos
Benefetoria em imóveis de terceiros

Total	31/12/2024	Adições	Baixas	Depreciação	31/12/2025
	679	-	(1)	(304)	374
	492	-	(259)	(87)	146
	273	-	(15)	(57)	201
	145	-	(4)	(141)	-
Total	1.589	-	(279)	(589)	721

12. Intangível
Intangível
Projetos concluídos (a)
Marca

Total	31/12/2024	Adições	Amortização	Acumulada	Valor Residual	31/12/2025
	53.706	-	-	(13.312)	40.394	25
	25	-	-	-	-	25
Total	53.731	-	-	(13.312)	40.419	

(a) As amortizações são realizadas durante sua vida útil estimada de 60 meses.

13. Depósitos e instrumentos financeiros
Saldo de transações a vencer (a)
Saldo em custódia disponível para resgate (b)

Total	31/12/2024	Adições	Reversões	31/12/2025
	1.942.472	-	-	1.942.472
	1.068.892	-	-	1.068.892
Total	3.011.364	-	-	3.011.364

(a) Saldo corresponde aos montantes a serem repassados aos estabelecimentos comerciais referentes às transações feitas pelos portadores de cartões, líquido de taxas de intermediação, bem como transações via PIX. (b) Saldos de titulares terceiros disponíveis para resgate em contas de pagamento no ambiente iFood Pago que não possuem remunerações associadas. Conforme determina a Resolução BCB nº 80/21 os saldos ficam em garantia aplicados em conta correspondente em moeda eletrônica junto ao Banco Central na NE 6.

14. Fornecedores e outras contas a pagar
Outras contas a pagar (a)
Fornecedores a pagar (b)

Total	31/12/2024	Adições	Reversões	31/12/2025
	57.362	-	-	57.362
	6.531	-	-	6.531
Total	63.893	-	-	63.893

(a) Substancialmente com provisões com fornecedores e processamento de dados. (b) Em decorrência de suas atividades operacionais, a Companhia é devedora perante fornecedores e prestadores de serviços, sendo o montante mais relevante referente aos serviços de processamento de dados das transações capturadas.

15. Obrigações com pessoal
Férias
Bônus
Encargos
Benefícios a pagar

Total	31/12/2024	Adições	Reversões	31/12/2025
	7.701	-	-	7.701
	7.437	-	-	7.437
	2.691	-	-	2.691
	95	-	-	95
Total	17.924	-	-	17.924

(a) Valores de IRRF sobre importação de serviços de TI.

18. Empréstimos – Durante o exercício de 2025 a Companhia realizou captações de recursos com bancos nos termos e prazos demonstrados abaixo, sendo que essas operações não apresentam cláusulas de covenants.

Data de Emissão	Principal	Juros a.a.	Vencimento	Principal + Juros	
Capital de Giro (a)	13/10/2025	100.000	CDI + 0,68%	01/09/2026	100.638
Capital de Giro (a)	13/10/2025	100.000	CDI + 0,68%	01/08/2026	100.638
Capital de Giro	12/11/2025	150.000	CDI + 0,67%	03/11/2026	151.135
Capital de Giro	21/11/2025	250.000	CDI + 0,67%	20/02/2026	253.845
Capital de Giro	22/12/2025	100.000	CDI + 0,67%	22/04/2026	100.348
Total Circulante	700.000			706.604	

(a) Contratos emitidos que tiveram seus vencimentos renovados em R\$ 47.034.

19. Provisões para contingências – A Companhia tem passivos contingentes que decorrem de ações referentes a termos e condições contratuais relacionados a 45 processos de natureza cível classificados como perda provável no montante de R\$ 1.458 e 95 processos classificados como perda possível no montante de R\$ 1.609. Os processos trabalhistas são decorrentes de ações movidas por ex-funcionários e terceiros pleiteando direitos trabalhistas. Na esfera trabalhista, a Companhia não possui processos classificados como perda provável, mas possui 3 processos classificados como perda possível no montante de R\$ 356. Para os processos fiscais, a Companhia possui 1 processo no montante de R\$ 3.352. A Companhia realizou um depósito judicial referente a um dos processos no montante de R\$ 4.464 (NE 10). Para os processos tributários a Companhia discute divergências de interpretação quanto à aplicação da legislação tributária, bem como a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições.

19.1. Contingências passivas classificadas com risco provável

Fiscal	31/12/2025
Cível	3.352
Total	4.810

20. Patrimônio líquido – 20.1. Capital Social: Em 26 de dezembro de 2025, a Companhia recebeu aporte para aumento de capital no montante de R\$ 54.000. Foi protocolado junto ao Banco Central do Brasil o pedido de aprovação deste aumento de capital, que ainda está pendente de aprovação. O capital social da Companhia está totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, no montante de R\$ 179.077. Adicionalmente, há um capital a integralizar no valor de R\$ 54.000, o qual aguarda aprovação do Banco Central. Dessa forma, o capital totaliza R\$ 233.077. Este montante está dividido em 199.297 ações ordinárias (em milhares), todas nominativas e sem valor nominal. **20.2. Reservas de capital:** A reserva de capital da Companhia, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de R\$ 159.819. Durante o exercício de 2025 foram realizadas provisões com planos de outorga de opções de compra de ações no montante de R\$ 1.322 reconhecidas na rubrica de "Despesa com pessoal" NE (24).

21. Receita de prestação de serviços
Receita de antecipação de recebíveis (a)
Receita de captura e liquidação de transações financeiras (b)
Outras Receitas
Impostos sobre serviços (c)

Total	2º semestre 2025	Exercício 31/12/2025
	401.433	661.068
	167.921	303.581
	710	3.298
	(49.015)	(80.572)
Total	521.049	887.375

(a) Receita pela liquidação antecipada de transações a seus clientes, mediante a cobrança de taxa variável de acordo com o prazo de liquidação original do recebível. (b) Receita da intermediação de transações onde a captura e liquidação financeira é de responsabilidade da Companhia, bem como cobrança de tarifas transacionais. (c) Os impostos incidentes com suas respectivas alíquotas são: ISS – 5% ou 2%; PIS – 1,65%; e COFINS – 7,6%.

22. Custo de prestação serviços
Custo de antecipação de recebíveis (a)
Custos com intermediação (b)
Processamento de dados (c)
Custo de pessoal operacional (d)
Subsídios a clientes (e)
Outros custos
Tarifas bancárias (f)

Total	2º semestre 2025	Exercício 31/12/2025
	(222.396)	(345.609)
	(104.151)	(176.952)
	(44.589)	(74.532)
	(29.981)	(63.613)
	(8.944)	(16.587)
	(3.949)	(5.854)
	(2.170)	(344)
Total	(416.180)	(683.491)

(a) Valor cobrado pelas adquirentes para realizar antecipação dos recebíveis das transações capturadas pela Companhia. (b) Custo com operação de emissor. (c) Composto pela contratação de serviços de processamento de dados digitais utilizados para captura e registro das transações. (d) Folha de pagamento para as áreas diretamente envolvidas no processo de captura das transações (tecnologia e suporte). (e) Valores pagos a clientes por acordos comerciais e/ou programas de indicação de clientes. (f) Composto basicamente por tarifas de transferência bancária (PIX/TEI) incorridas no momento da liquidação de transações para estabelecimentos comerciais.

23. Resultado bruto da intermediação financeira
Juros sobre empréstimos (a)
Perdas esperadas sobre instrumentos financeiros
Outras despesas financeiras
Desvalorização de contas de fundo

Total	2º semestre 2025	Exercício 31/12/2025
	66.628	86.372
	606	690
	67.234	87.062
Total	67.234	87.062

(a) Juros sobre empréstimos (a)
Perdas esperadas sobre instrumentos financeiros
Outras despesas financeiras
Desvalorização de contas de fundo

Total	2º semestre 2025	Exercício 31/12/2025
	(21.002)	(34.092)
	(292)	(340)
	(84)	(124)
	(50)	(50)
Total	(21.428)	(34.606)

(a) Juros sobre empréstimos das cédulas de créditos bancários (CCB).

24. Despesa com pessoal
Proventos
Encargos sociais
Benefícios

Total	2º semestre 2025	Exercício 31/12/2025
	(19.759)	(39.745)
	(4.154)	(9.897)
	(3.592)	(7.245)
Total	(27.505)	(56.887)

25. Despesas administrativas
Despesas de serviços de terceiros (a)
Depreciação e amortização
Marketing (b)
Outras Despesas Administrativas
Baixa de projetos (c)
Ocupação e manutenção predial
Despesas com viagens
Seguros e anuidades

Total	2º semestre 2025	Exercício 31/12/2025
	(10.131)	(20.564)
	(5.325)	(11.035)
	(4.912)	(9.925)
	(4.668)	(5.246)
	(279)	(3.617)
	(1.878)	(2.687)
	(320)	(460)
	(78)	(62)
Total	(27.591)	(53.596)

(a) Substancialmente serviços de consultorias jurídicas e financeiras. (b) Serviços gráficos, eventos corporativos, exposições e congressos. (c) Baixa de projetos que estavam capitalizados no intangível como "em andamento" que foram descontinuados.

26. Outras despesas operacionais
Licenças e certificados (a)
Perdas com chargeback (b)
Outras despesas jurídicas

Total	2º semestre 2025	Exercício 31/12/2025
	(7.076)	(11.900)
	(6.957)	(11.720)
	(1.537)	(1.877)
Total	(15.570)	(25.497)

(a) Despesas com licenças de programas que são apropriados mensalmente de acordo com a sua vigência e competência. (b) Valores decorrentes de fraudes e devedores duvidosos, as provisões com perdas foram de R\$ 1.224 para o primeiro semestre de 2025.

27. Imposto de Renda e Contribuição Social
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social
Alíquotas vigentes – 25% IRPJ e 9% CSLL
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes

Total	2º semestre 2025	Exercício 31/12/2025
	80.009	120.360
	34%	34%
Total	(27.203)	(40.922)

Acréscimos/Decréscimos decorrentes de
Ajustes permanentes
Crédito tributário de diferenças temporárias de exercícios anteriores não contabilizados
Adicional de IRPJ
Compensação de prejuízo fiscal e base negativa
Outros

Total	2º semestre 2025	Exercício 31/12/2025
	(458)	(1.073)
	(8.444)	(10.772)
	12	24
	10.832	15.830
	36	2.912
Total	(25.225)	(34.001)

28. Gestão de Risco – O Conglomerado Prudencial iFood Pago ("Conglomerado"), liderado pelo iFood Pago Instituição de Pagamento S.A. e composto pelas sociedades que dele fazem parte, encontra-se alocado no segmento S5, conforme classificação do Banco Central do Brasil (BACEN). O Conglomerado adota a abordagem simplificada para o gerenciamento contínuo de riscos, com estrutura compatível com seu porte e perfil de operações. As atividades do iFood Pago o expõem a diversos riscos inerentes de origem financeira (mercado, crédito e liquidez) e não financeira (operacional, legal e compliance). O programa de gestão de risco concentra-se na mensuração da imprevisibilidade atribuída aos seus processos e busca minimizar potenciais

... continuação		
iFood Pago Instituição de Pagamento S.A. (Anteriormente Denominada Zoop Tecnologia e Instituição de Pagamentos S.A.)		
Diretoria		Contadora
Bruno Henriques – Diretor Presidente	Pedro Victor dos Santos Macedo – Diretor Financeiro	Carolline Ramos – CRC 1SP 300.891
Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras		
<p>A Administração e aos Acionistas do iFood Pago Instituição de Pagamentos S.A. (Anteriormente Denominada Zoop Tecnologia e Instituição de Pagamentos S.A.) – Osasco-SP</p> <p>Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras do iFood Pago Instituição de Pagamentos S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras do iFood Pago Instituição de Pagamentos S.A., em 31 de dezembro de 2025, foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Ênfase: Informações comparativas: Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2.1 às demonstrações financeiras, a qual descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BACEN, considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações financeiras, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução nº 352 do BACEN. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.</p> <p>Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras: A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BACEN, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.</p> <p>São Paulo, 26 de março de 2026</p> <p>Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. CRC-2SP 011.609/O-8 Victor Vinicius Zanetin Zavagli Contador CRC-1SP 289.692/O-4</p>		

Deloitte.

Publique no Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.

☎ Contato: (11) 3361-8833

✉ Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

DATA MERCANTIL São Paulo



Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 03/04/2026

Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

